



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

III Conselho Coordenador

DOCUMENTO FINAL

1. Entre os dias 13 e 16 de Junho de 2007, decorreu o III Conselho Coordenador do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, na Sede do Distrito de Mueda, Província de Cabo Delgado, na Sede dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, orientado por Sua Excelência o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, tendo como lema: **“Potenciando o Distrito Como Epicentro do Desenvolvimento Integrado”**.
2. Participaram no evento S.Ex^a o Vice-Ministro, Exma. Senhora Secretária Permanente, Directores Nacionais, Presidente do FARE, Assessores do Ministro, Directores Nacionais Adjuntos, Director Adjunto do CPI, Directora Executiva do FARE, Directores Provinciais do Plano e Finanças, Chefes de Departamento Central, o Assessor de S.Ex^a o Presidente da Republica, o Director Nacional do Orçamento, do Ministério das Finanças, o Director Nacional de Administração Local do Estado, do Ministério da Administração Estatal, a Directora Nacional Adjunta de Economia do Ministério da Agricultura, Representante do GPZ, a Directora de Educação e Cultura de Cabo Delgado, Administradora do Distrito de Nipepe, Secretário Permanente de Mueda e outros quadros.
3. Participaram na sessão de abertura deste III Conselho Coordenador Sua Excelência o Senhor Lazaro Mathe, Governador da Província de Cabo-Delgado, Exmo. Senhor Leôncio Julai, Administrador do Distrito de Mueda, o Exmo. Senhor 1^o Secretario Distrital do Partido Frelimo em Mueda, Líderes Comunitários, agentes económicos, representantes da Sociedade Civil.
4. O III Conselho Coordenador contou com 73 participantes, dentre os quais 34 membros de pleno direito, 39 técnicos convidados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Ministério das Finanças, e de outras instituições.
5. Estiveram ausentes os seguintes membros do Conselho Coordenador: Exma. Senhora Ana Dimande, Directora Nacional de Investimento e Cooperação, Exmo. Senhor Director do Centro de Promoção de Investimento, Momad Rafique Jussub, Emílio Muchanga, Coordenador do MCA Moçambique, Cristina Matusse e Ester José, Chefes de Departamento Central, por motivos devidamente justificados.
6. O primeiro dia do Conselho Coordenador foi dedicado a visitas aos Distritos de Mocimboa da Praia, e de Muidumbe, na qual visitaram empreendimentos sócio económicos e tiveram encontros com as autoridades locais. Foram elaboradas sínteses das visitas que constam do documento em anexo.
7. O segundo e o terceiro dias foram dedicados a sessões em plenária.

8. Antes do início oficial do III Conselho Coordenador, os participantes foram agraciados com diversas actividades culturais por vários grupos culturais de canto e dança, e estudantes da Escola Primaria de Mueda. S.Ex^a o Ministro da Planificação e Desenvolvimento e S.Ex^a o Governador da Província de Cabo-Delgado procederam ao plantio de arvores de fruta, defronte do salão que acolheu o evento. De seguida, S.Ex^a o Ministro da Planificação e Desenvolvimento procedeu à inauguração da Sede da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, que beneficiou de obras de reabilitação por ocasião do evento. Esta inauguração foi antecedida por uma cerimónia tradicional presidida por uma anciã e por autoridades tradicionais. O grupo de Continuadores apresentou uma mensagem de boas vindas aos membros e Convidados ao III Conselho Coordenador.
9. Após a apresentação de informações de carácter geral pela Directora Nacional Adjunta de Administração e Recursos Humanos usaram da palavra o Exmo. Senhor Administrador do Distrito de Mueda e S.Ex^a o Governador da Província de Cabo Delgado tendo ambos desejado bom trabalho e feito votos de boa estadia.
10. Seguidamente S.Ex^a o Ministro da Planificação e Desenvolvimento proferiu o discurso de abertura, do qual destacam-se os seguintes elementos:
 - a) A saudação ao Governo e a população da Província de Cabo Delgado, em especial ao Distrito de Mueda, por acolher o III Conselho Coordenador do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
 - b) A saudação a todos os funcionários do Ministério, em especial aos Exmos. Senhores Directores Provinciais do Plano e Finanças.
 - c) Um minuto de silencio em memoria dos 16 funcionários do Ministério perecidos no período que medeia o Segundo deste Conselho Coordenador.
 - d) Enaltecido o papel histórico da população de Mueda como berço da Luta de Libertação Nacional.
 - e) Que a escolha de um Distrito para acolher os Conselhos Coordenadores do Ministério enquadra-se na estratégia de inserir o Distrito como pólo de desenvolvimento do pais, como referenciado pelo lema **“Potenciando o Distrito como Epicentro do Desenvolvimento Integrado”**.
 - f) Actividades relevantes desempenhadas pelo Ministério, nomeadamente:
 - Afectação pela primeira vez do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local a todos os Distritos;
 - Aprovação, pela primeira vez, do Cenário Fiscal de Médio Prazo para o período 2007-2009, pelo Conselho de Ministros;
 - Aprovação do PARPA II (2006-2009) e a respectiva Matriz Estratégica;
 - Conclusão da elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Rural;
 - Início da formulação do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas;
 - Conclusão da elaboração da Estratégia Nacional de Micro-Finanças;
 - Expansão dos serviços de financiamento rural dirigidos a promoção da comercialização, através da aprovação de 28 projectos de cantinas rurais;
 - Lançamento, pelo Chefe do Estado, do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) e criação de condições técnicas e financeiras para o início do processo de avaliação;

- Submissão ao *Millenium Challenge Corporation* – MCC dos Estados Unidos da América, da proposta final do Governo de Moçambique para assinatura do *Compacto*;
 - Conclusão dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distritais – PEDD, em 24 Distritos;
- g) A intervenção destacou ainda a evolução dos principais indicadores macroeconómicos de 2006:
- O crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 8.5%;
 - O crescimento das exportações, incluindo os grandes projectos, em 39%;
 - O crescimento da agricultura em 11.1%;
 - A taxa de inflação média anual que se fixou em 13.2%;
 - O investimento privado aprovado foi de 847.3 milhões de dólares, susceptíveis de criar cerca de 19 mil postos de trabalho;
 - O esforço interno da arrecadação da receita incluindo a de capital atingiu 27.016 milhões de contos representando 14.5% do PIB.
- h) Quanto as perspectivas do Ministério da Planificação e Desenvolvimento para 2007,
- Reunião da Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA 15) do Banco Mundial a realizar-se em Maputo;
 - O início do processo de avaliação no âmbito do MARP e produzir o respectivo relatório para ser revisto nos próximos Fóruns de Chefes de Estado e de Governo dos países participantes neste Mecanismo;
 - Preparação da Reunião Anual do Banco Africano de Desenvolvimento a realizar-se em Maputo, em Maio de 2008;
 - Prosseguir com o aperfeiçoamento da Metodologia do PES/OE;
 - Elaboração e apresentação da proposta do Cenário Fiscal de Médio Prazo para 2008 – 2010;
 - Concertação com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial do Quadro Macroeconómico para 2007.
 - **Acções Centradas para o Distrito:**
 - Assistência Técnica aos Distritos no âmbito dos serviços de planificação e finanças distritais;
 - Capacitação dos Órgãos Locais do Estado e o fortalecimento dos grupos de trabalho existentes;
 - Disseminação da Estratégia de Desenvolvimento Rural;
 - Definição da estratégia para a operacionalização do Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR);
 - Formulação da Política de Finanças Rurais;
 - **Cooperação Internacional**
 - Avaliação da execução dos projectos dos vários portfolios dos parceiros de cooperação;
 - Orientação do investimento de novos projectos em parceria com as grandes empresas e associações de camponeses;
 - Conclusão da negociação do *Country Strategy Assistance* com o Banco Mundial para o período de 2007/2011;
 - Assegurar um financiamento complementar para o Programa de Estradas;
 - Sistematização das previsões e prioridades sobre o financiamento externo, garantindo afectação em projectos com maior impacto nas comunidades;
 - Divulgação das oportunidades de investimento no Parque Industrial de Beluluane e nos Distritos;
 - Organização de conferências de investidores, consolidação dos programas de *Linkage* e início de novos programa de modo a maximizar as compras no mercado nacional pelos grandes empreendimentos;

- Identificação de fontes alternativas de financiamento para pequenas e médias empresas nacionais;
 - Identificação de mercado para produtos nacionais e desenvolvimento das zonas francas industriais em Moçambique
 - **Gestão e Informação**
 - Actualização das bases de dados existentes.
 - Disponibilizar na página de Internet do MPD dos principais documentos de planificação e orçamento.
 - **Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e património**
 - Definição de um modelo de gestão integrada de recursos humanos;
 - Recrutamento do pessoal de acordo com o concurso de ingresso realizado em 2006;
 - Elaboração o Plano Estratégico de formação 2007 – 2009;
 - Abertura de concursos de promoção e progressão;
11. De seguida foi apresentada a Agenda, o Programa, e a metodologia de trabalho do III Conselho Coordenador, com a seguinte estrutura:

A. Temas para Debate

- Relatório Balanço de Actividades Desenvolvidas em 2006 e Perspectivas para 2007;
- Principais Realizações das Províncias, por Regiões – Norte, Centro, Sul;
- Programa de Apoio as Finanças Rurais;
- Orçamento de Investimento de Iniciativa Local;
- A Experiência do Distrito de Nipepe na Implementação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local;
- Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento Económico;
- Ambiente de Negócios nos Distritos;
- Regulamento de Contratação de Empreitadas, Obras Publicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.

B. Palestras

- HIV/SIDA

C. Informes

- Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP);
- Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas
- Millennium Challenge Account (MCA)
- Base de Dados sobre o Financiamento Externo
- Reunião Anual do BAD 2007
- Reunião do IDA 15

A. Temas para Debate

Relatório Balanço de Actividades Desenvolvidas em 2006 e Perspectivas para 2007

12. O Relatório do Balanço de Actividades em 2006 e Perspectivas para 2007 tem a seguinte estrutura: (i) Introdução; (ii) Planeamento, Coordenação e Implementação da Política Económica; (iii) Acções Centradas para o Distrito; (iii) Cooperação Internacional; (vi) Promoção do Investimento; (v) Gestão De Informação; (vi) Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais; (vii) Actividades Especificas Realizadas pelas Direcções Provinciais do Plano e Finanças; (viii) Constrangimentos; (x) Desempenho do Ministério em 2006; (xi) Perspectivas de Principais Acções a Desenvolver em 2007.

13. Foram questionadas as razões da baixa execução (51.9%) do orçamento de funcionamento, facto justificado pela aprovação tardia do Quadro de Pessoal do Ministério. Este cenário criou bastante inquietação, tendo sido referido que este facto pode igualmente reflectir deficiências no momento da planificação, ao não se tomarem em atenção os factores de risco.
14. Houve uma reflexão sobre o valor acrescentado do MPD e em que grau este esta a materializar a missão para o qual foi criado. O MPD tem estado a desempenhar o seu papel, reconhecendo-se no entanto a necessidade de aprofundar a reflexão em torno do sistema nacional de planificação e instrumentos de planificação.
15. Foi manifestada indignação pela demora na submissão para aprovação da Estrutura-Tipo das DPPFs.
16. Ainda na discussão da organização dos órgãos locais, constatou-se que a Lei 8/2003, de 19 de Maio – Lei dos Órgãos Locais do Estado, é omissa quanto ao enquadramento da área de planificação e finanças na estrutura dos Governos Distritais.
17. Recomendou-se que os documentos de planificação e monitoria devam, para além da abordagem descritiva, aperfeiçoar a abordagem analítica.

Principais Realizações das Províncias, por Regiões – Norte, Centro, Sul

15. Foram apresentados os relatórios das regiões norte, centro e sul, com as principais actividades desenvolvidas pelas Direcções Provinciais do Plano e Finanças.
16. Conteúdo dos relatórios
 - O Relatório da Região Norte focalizou a situação socio-económica da região; os instrumentos de planificação; actividades desenvolvidas pelas DPPF's; administração e recursos humanos, perspectivas e considerações finais;
 - O Relatório da Região Centro fez a caracterização económica e social da região, fundo de investimento de iniciativa local, finanças descentralizadas, observatório da pobreza, gestão de desastres naturais, desafios e perspectivas, entre outros;
 - O Relatório da Região Sul enfatizou os aspectos sobre os recursos humanos, principais realizações e constrangimentos e perspectivas.
17. Foram questionados os passos seguidos após a comunicação dos limites orçamentais e metodologias de elaboração do PES a nível das DPPFs. Neste sentido, há necessidade de um trabalho aturado para a harmonização de procedimentos na recolha de informação para o processo de planificação e monitoria.
18. Relativamente a vertente de aplicação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local foram inscritos vários projectos em função das decisões dos Conselhos Consultivos Distritais, tendo incidido na construção e reabilitação de infra-estruturas e aquisição de meios de produção, implementação de projectos produtivos ou comerciais de iniciativas das Associações (formação de pequenas empresas de artesãos locais, carpinteiros serralheiros pintores, marceneiros e outros)
19. Foi recomendada a necessidade de adoptar um modelo do relatório global, para que este reflecta informação útil e relevante para reflexão nos Conselhos Coordenadores.
20. Há necessidade urgente de o MPD reflectir sobre a recente tendência dos Governos provinciais publicarem taxas de crescimento por província, por um lado. Por outro lado, foi recomendada a necessidade de o MPD munir as província de instrumentos apropriados para cálculos dessas taxas.

21. O MPD deve alertar o INE da necessidade de acelerar a inclusão de outras Cidades e Vilas do país no cálculo da inflação.

Programa de Apoio as Finanças Rurais (PAFR)

22. O Programa tem como objectivos gerais contribuir para o crescimento económico e alívio da pobreza, através da melhoria das condições de vida das famílias rurais e da viabilidade das empresas nas zonas rurais de Moçambique.

23. Dentro deste quadro são objectivos específicos; (i) Melhorar o acesso aos serviços financeiros numa base sustentável às empresas rurais, aos indivíduos e a grupos vulneráveis nas zonas rurais; (ii) Criar um clima político e institucional favorável ao desenvolvimento de serviços financeiros rurais.

24. Resultados Esperados com a implementação do PAFR:

- Aumento nas zonas rurais de número de actividades e empresas geradoras de receitas, volume de comércio e produção agrícola, pecuária e pescas;
- Aumento de poupanças nas comunidades rurais;
- Criação e expansão de novas abordagens e fornecimento de serviços financeiros nas zonas rurais;
- Intermediários financeiros operando de forma rentável nas zonas rurais;
- Aumento de novos clientes no sistema bancário (125.000 novos clientes);
- Criação de 1.000 associações financeiras de crédito e poupança de base comunitária
- FARE capacitado para operar como instituição de apoio às finanças rurais;
- Reforço da capacidade do GdM na planificação e apoio às finanças rurais: Unidade de Apoio às Políticas das Finanças Rurais;
- Reforço da capacidade do BdM para legislar e acompanhar a expansão de serviços rurais financeiros nas zonas rurais;
- Criação e funcionamento da Associação das Instituições de Micro-finanças;
- Apoio a actividades encabeçadas pelas mulheres (económicas, poupança e crédito e mitigação dos efeitos do HIV/SIDA) – Ministério da Mulher e Acção Social.

Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

25. Foi distribuído o draft das Orientações para a aplicação do OIIL, para contribuição das DPPFs. Neste processo, as DPPF's deverão alargar o debate até ao nível distrital.

26. As DPPFs deverão remeter as suas considerações ao MPD até ao dia 26 de Junho corrente.

Experiência do Distrito de Nipepe

27. A experiência do distrito de Nipepe foi trazida a debate para ser partilhada com os participantes do Conselho Coordenador.

28. No que diz respeito a implementação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, no Distrito foram desenvolvidas actividades integradas nas seguintes áreas. i) Projectos de produção de comida e geração de emprego; ii) Infra-estruturas; iii) Aquisição, manutenção de equipamento de meios circulantes.

29. As principais actividades em cada componentes incluem as seguintes: *i) projectos de produção de comida e geração de emprego*: construção e apetrechamento de casas agrárias, fomento de gado bovino, caprino, ovino e suíno, aquisição de motobombas e construção de represas, fomento de *Jatropha Curca*, aquisição de insumos agrícolas, aquisição de Kits para associações de carpinteiros; *ii) Infra-estruturas (construção e reabilitação)*: construção e reabilitação de obras públicas. Os projectos de comida e trabalho consumira 64% do OIIL, enquanto que as infra-estruturas absorveram cerca de 26% do orçamento.
30. Como resultado da implementação do OIIL, houve introdução de novas culturas e de fomento de gado caprino, ovino. No entanto, a nova abordagem para a aplicadas do OIIL, obriga a injecção de fundos paralelos para projectos de infra-estruturas económicas e sociais.
31. Foi recomendada a análise da experiência de Nipepe na aplicação do OIIL.

Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento Económico

32. Em relação ao crescimento económico, foi referido que a agricultura cresceu abaixo da média do PIB no período de 1998-2005, apresentando uma taxa média de crescimento anual de 7,2%.
33. Quanto as linhas gerais dos objectivos do Governo sobre a economia tendo o distrito como o pólo de desenvolvimento e a necessidade de se criar um crescimento económico com a transformação do sistema económico pelo mecanismo de mercado e de iniciativa privada para uma transformação estrutural da economia, que implicara no aumento da produtividade agrícola.
34. Relacionado ao objectivo de promover o crescimento e desenvolvimento económico, referiu-se na apresentação que o Estado providencie serviços públicos, investindo no capital humano e em infra-estruturas, contribuindo para o desenvolvimento agrário e rural, promovendo a reforma da legalidade, justiça e segurança pública.
35. Foi explorada uma possível lista de prioridades do MPD nas abordagens sectoriais e globais, nomeadamente a expansão e criação do valor acrescentado (mesmo através de mecanismos legais), o processamento dos produtos agrícolas, como a farinação, produção de ração, glucose, álcool de milho e a produção de mobília de madeira.
36. Quanto aos mecanismos de implementação e monitoria, foi referido como papel do MPD: a definição de prioridades nas opções políticas, avaliando os diferentes cenários, a concepção das estratégias de crescimento coerentes e integradas e o monitoramento dos programas prioritários

Ambiente de Negócios nos Distritos

37. No concernente ao ambiente de negócios nos Distritos foi constatado que o mesmo é fortemente condicionado pelo fraco desenvolvimento das infra-estruturas, particularmente das vias de acesso e do fornecimento de água e de electricidade, tendo sido referido que, em alguns Distritos, existem casos de terra e outros recursos concessionados mas que não estão sendo devidamente aproveitados.
38. Foi enaltecido o esforço do Governo em modernizar a legislação no campo empresarial, reconhecendo-se, porém, que para que a mesma seja eficaz deva ser acompanhada por uma alocação de meios de trabalho para as instituições do Estado.
39. Foi constatado com preocupação o facto de Moçambique em rankings internacionais que medem o clima de negócios em vários países apresentar-se em últimas posições em virtude das condições ainda prevaletentes de natureza burocrática e infra-estrutural.

40. O envolvimento do capital privado no desenvolvimento das infra-estruturas em grandes centros urbanos foi encorajado como forma de libertar os fundos do Estado para as regiões menos favorecidas.
41. No que concerne a políticas e estratégias de desenvolvimento foi referido que se deveria dar ênfase aos ganhos futuros e não a eventuais perdas imediatas que pudessem ocorrer, tendo sido evidenciada a aposta do Governo no desenvolvimento de zonas económicas especiais em algumas regiões do País.

15ª Reposição do IDA

42. Realiza-se de 28 a 30 de Junho de 2007 a segunda reunião da 15ª Reposição do IDA – Grupo Banco Mundial – a decorrer em Maputo. O Banco Mundial é um dos principais financiadores dos programas de desenvolvimento em Moçambique.
43. Durante o encontro serão discutidas alternativas para mobilização de fundos para o IDA 15, que cubra o período 2008/2011, a ser canalizado aos países em desenvolvimento, em forma de empréstimo concessional.

Reunião Anual do BAD

44. Moçambique participou na reunião anual do BAD em Xangai. Nesta reunião foi aceite a candidatura de Moçambique para organizar a Reunião Anual em Maio de 2008.
45. S.Ex^a o Ministro da Planificação e Desenvolvimento foi indicado para presidir o Conselho de Governadores do BAD até Maio de 2008

Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado

46. O Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado foi aprovado por Decreto N. 54/2005 do Conselho de Ministros. Nos termos deste Regulamento, e no referente a contratação de obras, bens e serviços de pequena dimensão foi dito que a actual legislação promove a inclusão de pequenos fornecedores locais de bens, obras e serviços e possui procedimentos simplificados, como preenchimento manuscrito da proposta e Contrato; possibilidade de dispensa de documentos de qualificação, no todo ou em parte, o prazo mínimo de 15 dias e possibilidade de dispensa das garantias.
47. Recomenda-se o estudo da nova legislação. Os Directores Provinciais devem assessorar os distritos na implementação do novo Regulamento.

B. Palestras

Palestra sobre HIV/SIDA

48. Mais de 25 milhões de pessoas da África Sub-Sahariana estão infectadas. Para além da epidemia do HIV e do SIDA, o estigma já é considerado como a terceira epidemia devido a discriminação de pessoas vivendo com a doença.
49. Especial enfoque tem sido dado às crianças de 10 a 14 anos (janela de esperança) a quem se considera que ainda não iniciaram a sua actividade sexual e podem de certa maneira inverter o gráfico que apresenta uma situação preocupante.

50. “O combate ao HIV/SIDA não é um problema dos outros”, é um problema de cada um de nós.

C. Informes

Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF)

51. O MARF é um instrumento de planificação monitoria e avaliação Criado pela União Africana no quadro da Nova Pareceria para o Desenvolvimento de África NEPAD. Sendo mais um instrumento de política para o processo da boa governação, a sua adesão é de carácter voluntária, obedecendo certas normas já definidas pelos países membros.
52. O MARF visa essencialmente incentivar os países africanos a adoptarem políticas e boas práticas governativas que concorrem para estabilidade política, geração do crescimento económico e um desenvolvimento sustentável.
53. Cada país participante tem responsabilidades a cumprir enquanto membro integrante do MARF, sendo elas a assinatura de memorando de entendimento sobre as avaliações e revisões técnicas, contribuição para o fundo fiduciário, desenvolvimento de um programa de acção nacional e o país deve garantir a sua participação efectiva.
54. As principais áreas de avaliação do MARF são: (i) Democracia e Governação política; (ii) Governação e Gestão Económica; (iii) Governação Corporativa ou Empresarial; e (iv) Desenvolvimento Socio-económica. No continente Africano, um total de 26 países já aderiram ao MARF, dos quais 3 são de língua oficial portuguesa, nomeadamente Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
55. Moçambique aderiu ao MARF em 2003 e em 2006 constituiu o Fórum Nacional composto por 59 membros provenientes de diversos sectores: Governo, Sociedades Civil e Sector Privado.
56. Há necessidade de maior esclarecimento e divulgação das actividades do MARF.

Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas

57. No âmbito da Estratégia de reforma do Sector Público, o Governo de Moçambique iniciou um processo gradual de descentralização da administração pública visando a celeridade dos processos de planificação e gestão do desenvolvimento local no país, acompanhado de ensaios de articulação entre a administração do Estado e as comunidades locais.
58. Assim, O Ministério da Planificação e Desenvolvimento em coordenação com os parceiros de cooperação que apoiam o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas fizeram uma avaliação conjunta, dos 3 projectos co-financiados pelo Governo e pelo Banco Mundial nas províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala, pelo PNUD-UNCDF nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, e pela Cooperação Alemã (GTZ) em Manica, Sofala e Inhambane. O fim último deste exercício era reorientar os esforços para a implementação de um Programa Nacional que inclua todas Províncias e distritos do país correspondendo, assim, às expectativas do Governo.
59. Como resultado da avaliação, para além da identificação das principais áreas de actuação de um possível Programa Nacional, nomeadamente (i) Participação, Planificação Estratégica e Operacional (ii) Execução dos Planos (iii) Controlo interno e externo e (iv) Desenvolvimento Institucional e Gestão do conhecimento, levou o Governo a lançar um concurso para a contratação de uma equipa de consultores que iriam apoiar o governo na formulação do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas.
60. A equipa de consultores foi identificada e já iniciou o seu trabalho estando neste momento nas províncias de Maputo, Gaza, Niassa e Inhambane para a primeira fase de trabalho conforme decidido na reunião do Comité de Supervisão realizado a 20 de Abril de 2007.

61. Por recomendação do III Conselho Coordenador, o MPD a nível central deverá enviar as DPPFs os resultados da Avaliação e o respectivo calendário de visitas a decorrerem em Agosto próximo.

Milennium Challenge Account (MCA)

62. Foi apresentado o ponto de situação sobre o desenvolvimento da Proposta do Programa MCA e os projectos a serem financiados pelo MCC. A proposta, denominada “Programa de Promoção de Negócios, Investimento e Emprego em Moçambique” foi desenvolvida com base num processo Consultivo envolvendo o Governo, o CTA e o G20;
63. O Programa tem como objectivo contribuir para o crescimento económico e redução da pobreza através do desenvolvimento do sector privado, e melhoria do bem-estar das populações, com intervenções centradas nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia. Em Julho de 2007 será assinado o *Compacto*, iniciando a implementação do Programa em Janeiro de 2008.

Base de Dados sobre o Financiamento Externo

64. A Base de Dados sobre Financiamento Externo, vulgo “ODAmoz” foi criada em 2005, e inclui a Ajuda Externa Global ao país proveniente de 21 Financiadores e 10 Agências das Nações Unidas.
65. Fornecer uma informação estruturada, fiável e atempada sobre as promessas e desembolsos anunciados pelos financiadores para alimentar o ciclo Orçamental do Estado e a Balança de Pagamentos do país
66. Desafios: *i)* Concluir o processo de incorporação dos novos formatos de Relatórios sobre financiamento externo na Base de Dados; *ii)* Mobilizar os parceiros internacionais que ainda não fazem parte do Sistema para sua integração; *iii)* Concluir o processo de ligação dos projectos do ODAmoz aos do Orçamento do Estado; *iv)* Elaborar uma Perspectiva de Médio Prazo sobre a Base de Dados.
67. Recomendou-se a necessidade de acelerar o desenho dos mecanismos de actualização da base de dados.
68. A Base de Dados está acessível no site da Internet do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (www.mpd.gov.mz).

Considerações Finais

69. Foi proposta a Cidade de XX para acolher o IV Conselho Coordenador do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
70. No último dia do III Conselho Coordenador, os participantes tiveram a honra de participar nas cerimónias centrais comemorativas do dia 16 de Junho, que este ano coincide com os 47 anos do Massacre de Mueda.

Mueda, aos 16 de Junho de 07